

26 JAN 1995

ESTADO DE SÃO PAULO *O velho Congresso*

Bastaram umas poucas votações para reverter bruscamente algum prestígio que o Congresso havia recuperado na esteira do processo de impeachment do presidente Collor e do que se apurou na CPI do Orçamento. Aumentando acintosamente suas remunerações "mensais" e o número de "meses" em que são devidas, nossos congressistas estão agora entre os mais bem remunerados do planeta, ainda que sustentados



O governo engoliu um grande sapo, mas prefere não chiar

por cidadãos que, em média, têm uma renda pobre e, não tão longe da média, estão entre os mais pobres do mundo. Aprovaram também, em causa própria, uma "anistia" marota para irregularidades cometidas por alguns de seus membros — o que mudou no País para justificá-la como outras anistias? — e aumentaram demagogicamente o valor do salário mínimo, mesmo sabendo muito bem que o Executivo não tem condições de pagar a conta.

Houve quem argumentasse que uma das razões dessa insanidade é que se trata do Congresso velho e que com o novo as coisas serão bem diferentes. Enquanto não forem, prefiro juntar-me aos que acham que se trata mesmo é do ressurgimento do velho Congresso, useiro e vezeiro em atuar de modo corporativista, fisiológico, irresponsável e distante dos interesses dos cidadãos e do País.

No meio da dança, com passos para lá e para cá, andaram bem dois projetos importantes para a consolidação do Plano Real, o de conversão em lei da MP dos impostos aumentados para substituir o IPMF — enquanto não vem uma reforma fiscal com algo diferente — e o da Lei de Concessão de Serviços Públicos. Isso levou o Executivo a afirmar que "o balanço havia sido positivo". Como é difícil ver um governo, aqui ou alhures, fazer um balanço político

negativo, entenda-se essa declaração como significando que o governo engoliu um grande sapo, mas prefere não chiar. De fato, vieram alguns benefícios, mas seu custo não precisava ser tão alto.

Da forma como foi eleito, acho que o novo Congresso já vem com envelhecimento precoce e por isso mesmo quero ver para crer antes de confiar que irá romper com essas práticas. Como já disse aqui, ele foi eleito nas sombras da eleição casada com a de presidente e governadores, num processo eleitoral discriminado pela mídia com muito menor cobertura, o resultado sendo que a seleção pelos eleitores foi prejudicada. Além disso, a ausência de eleição distrital exclui maiores compromissos com partidos, idéias e com os próprios eleitores, o resultado sendo que se elege um monte de gente desconhecida que vai fazer não se sabe o quê.

Acabam fazendo essas bobagens.

Assim, para reverter a incredulidade, que é geral, caberá ao Congresso novo demonstrar, logo de início, que é realmente um novo Congresso, renovado nas suas práticas e atitudes. Oportunidades não faltarão, em particular na votação das propostas de emendas constitucionais que o Executivo deverá enviar ainda no início do ano, tratando inicialmente de questões econômicas, como a reforma fiscal, da Previdência, das relações trabalhistas e do capítulo da Ordem Econômica, seguidas posteriormente de outras que deverão alcançar o próprio sistema político-eleitoral. São temas que exigirão enorme espírito público para discernir entre o interesse da Nação e o pessoal, de grupos, regionais, setoriais e por aí afora.

Será fundamental que o governo analise suas derrotas recentes e procure meios eficazes de assegurar uma base parlamentar para as reformas que pretende. Embora o custo dessas derrotas tenha sido alto, há que se reconhecer que elas não chegam a comprometer de modo indelével os propósitos do governo. Mas se ele perder a votação de suas propostas de reforma constitucional, em particular a primeira que for votada, o prejuízo será muitíssimo maior e poderá comprometer o restante do processo de reforma, o Plano Real e o próprio sucesso do governo no restante do seu mandato.

Aliás, o exemplo do México está aí para demonstrar que um plano de estabilização e de retomada do crescimento não tem sustentação se não for acompanhado de reformas de

profundidade. Lá a combinação de fatores políticos, com raízes nas arcaicas instituições políticas do país, e econômicos, assentados na frouxidão ou distorção dos ajustes realizados, provocou uma crise de confiança que levou à derrocada da moeda e do plano em andamento.

Para os que não se interessam pela "política da política econômica", ou seja, a inter-relação entre a política e as ações do governo no campo econômico, talvez pareça estranho saber que o futuro dos mercados que hoje no Brasil sofrem respingos da crise mexicana, como as bolsas de valores e os de juros e câmbio, vai depender — e muito — do que se passar no Congresso Nacional nos próximos meses, quando examinar as propostas que o Executivo vai encaminhar. Se as bolsas vão subir, os juros vão cair e a taxa de câmbio vai se tornar realista e bem sustentada. Tudo isso vai depender de termos realmente um novo Congresso, efetivamente capaz de dar solução aos grandes problemas nacionais e distante dos caminhos pelos quais se enveredou nos últimos dias. Caso contrário, continuaremos atolados numa inflação que voltará a se agravar e não haverá a tão desejada e postergada retomada do crescimento em bases sustentadas. O Brasil que se quer renovado não poderá emergir se o velho Congresso estiver encarnado no que vai tomar posse.

■ Roberto Macedo é professor da FEA-USP e da Universidade Mackenzie e pesquisador da Fipe e do Instituto Fernand Braudel, ligado à Faap